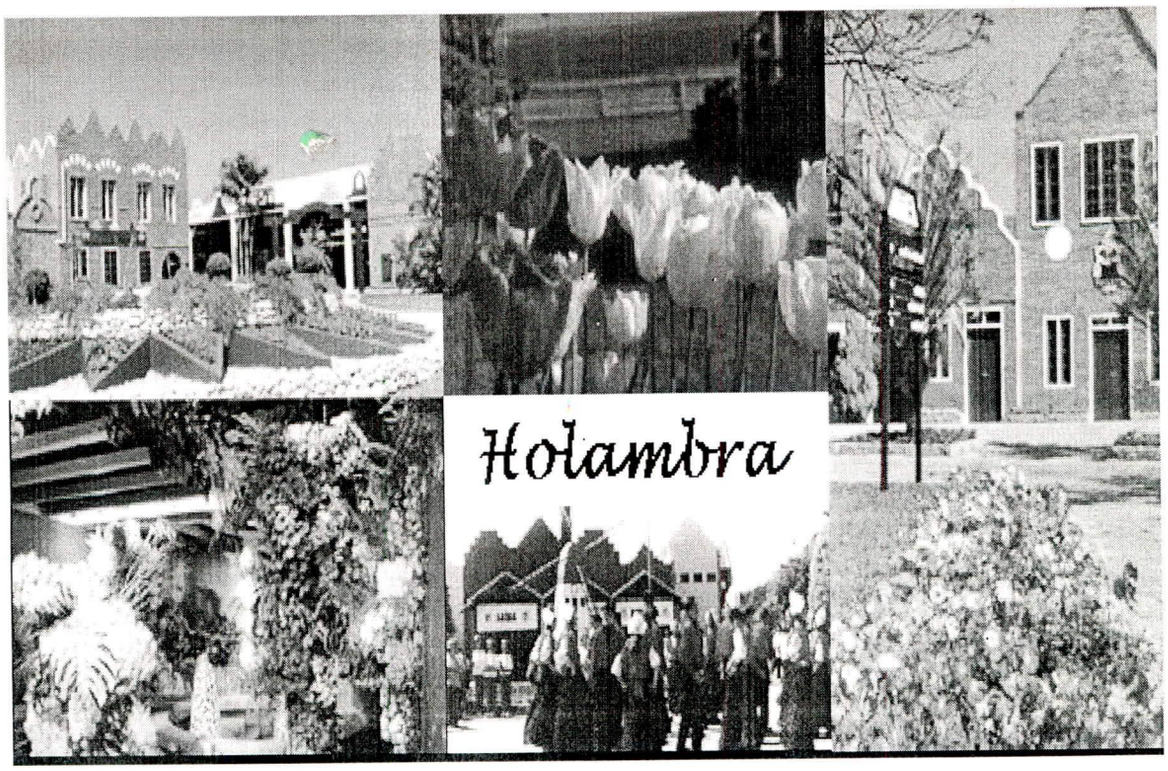
XEROX DE LEIS

ORDINÁRIAS

2009



LEI Nº 722 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2010.

"DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE APRESENTAÇÃO DE RECEITA MÉDICA PARA MINISTRAR MEDICAMENTOS EM TODAS AS CRECHES DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA"

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou, e eu MARGARETI ROSE DE OLIVEIRA GROOT, Prefeita Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Torna-se obrigatório aos pais ou responsáveis por crianças regularmente matriculadas em creches municipais ou particulares do Município da Estância Turística de Holambra, a apresentarem cópia, juntamente com o original, de receitas expedidas pelos médicos para medicamentos a serem ministrados no horário letivo pelos monitores.

Parágrafo único – A cópia deverá ser anexada ao prontuário da criança e o original devolvido ao responsável, devendo referida cópia receber do coordenador pedagógico da creche a informação de "confere com o original".

Art. 2º - O não cumprimento do art. 1º da presente Lei dará o direito da negativa por parte dos responsáveis pelo estabelecimento de educação, em fazer a medicação solicitada.

Art. 3º - Entrará esta Lei em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, trinta de dezembro de dois mil e dez.

MARGARETI ROSE DE OLIVEIRA GROOT
PREFEITA MUNICIPAL

Autor do Projeto de Lei nº 029/2010: Vereador Aparecido Lopes da Silva Lima – Vereador Municipal

Publicado por afixação no quadro próprio de editais na sede da Prefeitura Municipal na data supra.

ROBERTO VICENTE
CHEFE DE GABINETE

LEI Nº 722 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2010.

"DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE APRESENTAÇÃO DE RECEITA MÉDICA PARA MINISTRAR MEDICAMENTOS EM TODAS AS CRECHES DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA"

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou, e eu MARGARETI ROSE DE OLIVEIRA GROOT, Prefeita Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Torna-se obrigatório aos pais ou responsáveis por crianças regularmente matriculadas em creches municipais ou particulares do Município da Estância Turística de Holambra, a apresentarem cópia, juntamente com o original, de receitas expedidas pelos médicos para medicamentos a serem ministrados no horário letivo pelos monitores.

Parágrafo único – A cópia deverá ser anexada ao prontuário da criança e o original devolvido ao responsável, devendo referida cópia receber do coordenador pedagógico da creche a informação de "confere com o original".

Art. 2º - O não cumprimento do art. 1º da presente Lei dará o direito da negativa por parte dos responsáveis pelo estabelecimento de educação, em fazer a medicação solicitada.

Art. 3º - Entrará esta Lei em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, trinta de dezembro de dois mil e dez.

MARGARETI ROSE DE OLIVEIRA GROOT
PREFEITA MUNICIPAL

Autor do Projeto de Lei nº 029/2010: Vereador Aparecido Lopes da Silva Lima – Vereador Municipal

Publicado por afixação no quadro próprio de editais na sede da Prefeitura Municipal na data supra.

ROBERTO VICENTE
CHEFE DE GABINETE

LEI Nº 719 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2010

AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A CONCEDER AJUDA FINANCEIRA À ASSOCIAÇÃO CIVIL DE UTILIDADE PÚBLICA "COMUNIDADE VIDA MELHOR".

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou e eu, MARGARETI ROSE DE OLIVEIRA GROOT, Prefeita Municipal da Estância Turística de Holambra, Estado de São Paulo, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder subvenção à Associação Civil de Utilidade Pública *"COMUNIDADE VIDA MELHOR"*, legalmente constituída em 03 de setembro de 2010, inscrita junto ao Cartório do Registro Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca de Leme/SP, sob o nº 001730, com sede no Município de Leme, Estado de São Paulo, com objetivo de cooperação técnica ao Município para prestação de assistência social aos indivíduos e segmentos populacionais urbanos e rurais vulnerabilizados por situações circunstanciais e conjuntivas de risco social, em especial, às pessoas dependentes do uso e vítimas da exploração do comércio de drogas, álcool e tabagistas bem como de suas famílias.

Artigo 2º - O valor da subvenção será de R$ 400,00 (quatrocentos reais) mensais, os quais serão acrescidos de mais R$ 200,00 (duzentos reais) por pessoa do Município de Holambra atendida mediante internação na instituição, valores estes repassados diretamente para a Entidade.

Parágrafo Único – A Associação deverá prestar contas trimestralmente ao Município, nos termos do que dispõe a Resolução nº 09/2005 do E. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

Artigo 3º - Os recursos para cobertura do crédito de que trata a presente Lei são os provenientes das seguintes dotações orçamentárias, suplementadas se necessário:

02 – Prefeitura Municipal
02.12 – Departamento de Bem Estar Social
08.244.00112.026 – Manutenção das Atividades do Departamento de Bem Estar Social
3.3.50.43.00.00.00 – Subvenções Sociais

Artigo 4º - Fica convalidado na Lei nº 692/2009 - PPA e na Lei nº 693/2009 - LDO, o valor do programa ora contemplado na presente lei bem como passam a integrar as planilhas que fazem parte das leis retro citadas, os anexos constantes desta.

Artigo 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, vinte e oito de dezembro de dois mil e dez.

MARGARETI ROSE DE OLIVEIRA GROOT
Prefeita Municipal

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais, na sede da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, na data supra.

ROBERTO VICENTE
Chefe de Gabinete

LEI Nº 718 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2010.

DISPÕE SOBRE O FORNECIMENTO GRATUITO DE UNIFORMES ESCOLARES AOS ALUNOS MATRICULADOS NAS ESCOLAS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARGARETI ROSE DE OLIVEIRA GROOT, Prefeita Municipal da Estância Turística de Holambra, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou e ela sanciona e promulga a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica a Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra autorizada a fornecer gratuitamente, através do Departamento de Educação, de:

I - 01 (um) conjunto de uniforme escolar completo, na padronagem usual, para cada aluno matriculado até o 4º (quarto) ano da rede pública municipal de ensino;

II - 01 (uma) camiseta de uniforme escolar para cada aluno matriculado do 5º ao 9º ano da rede pública municipal de ensino.

§1º- Os respectivos uniformes serão entregues aos alunos ou aos seus familiares, no ato da matrícula.

Artigo 2º - As despesas decorrentes do disposto no artigo 1º desta Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, suplementadas se necessário.

Artigo 3º - Esta Lei será regulamentada através de Decreto expedido pelo Chefe do Poder Executivo.

Artigo 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, vinte e oito de dezembro de dois mil e dez.

MARGARETI ROSE DE OLIVEIRA GROOT
Prefeita Municipal

Publicado por afixação no quadro próprio de editais na sede da Prefeitura Municipal na data supra.

ROBERTO VICENTE
CHEFE DE GABINETE

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83 – www.holambra.sp.gov.br – e-mail: holambra@holnet.com.br
Cidade das Flores
AL. MAURICIO DE NASSAU, 444 – FONES (019) 3802-8000 - CEP – 13825-000 – HOLAMBRA – SP

LEI Nº 717 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2010.

ALTERA O INCISO IV DO ARTIGO 1º DA LEI Nº 650 DE 11 DE JULHO DE 2008, QUE DISPÕE SOBRE A NOMENCLATURA DAS ESTRADAS QUE LIGAM O PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA AOS BAIRROS RURAIS.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou, e eu MARGARETI ROSE DE OLIVEIRA GROOT, Prefeita Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica alterado o inciso IV do artigo 1º da Lei nº 650 de 11 de julho de 2008, que dispõe sobre a nomenclatura da estrada HBR 040, que liga o perímetro urbano do Município da Estância Turística de Holambra aos Bairros Trentina, Manga e Fundão, que passa a ter a denominação oficial que segue, a saber:

Designação atual	Bairro	Denominação Oficial
Estrada do Fundão (Lei nº 650 de 11 de julho de 2008)	*Trentina, Manga e Fundão*	***ESTRADA MUNICIPAL BENEDITO BARBOSA***

Artigo 2º - As despesas com a exceção desta Lei correrão pelas dotações próprias do orçamento vigente.

Artigo 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4° - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, vinte de dezembro de dois mil e dez.

MARGARETI ROSE DE OLIVEIRA GROOT
Prefeita Municipal

Publicado por afixação no quadro próprio de editais na sede da Prefeitura Municipal na data supra.

ROBERTO VICENTE
CHEFE DE GABINETE

LEI Nº 716 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2010.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A RECEBER EM DOAÇÃO, PLACAS INDICATIVAS, DE VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS E OUTRAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A Mesa da Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou e eu, MARGARETI ROSE DE OLIVEIRA GROOT,Prefeita Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1°- Fica instituído, pela presente Lei, o programa denominado "PROGRAMA DE DOAÇÃO DE PLACAS".

Artigo 2°- Fica o Poder Executivo, autorizado a receber, em doação, de particulares, pessoas físicas ou jurídicas, placas indicativas de vias e logradouros públicos, entrada e saída da cidade, indicação de bairros, estradas municipais, de prédios públicos, entre outras.

§1°- Em contrapartida, o doador, poderá utilizar-se também da mesma, para divulgar publicidade de sua empresa ou mesmo de sua pessoa física, nas placas, por ele doadas, ficando isento do pagamento de quaisquer taxas.

§2°- As placas de que trata esta Lei, deverão, após a sua confecção, serem entregues à Prefeitura Municipal, que ficará responsável por sua afixação nos devidos locais.

§3°- Nas Placas não poderão conter propaganda política partidária nem propagandas e ou inscrições que venham a ferir as regras da moral e dos bons costumes e ou incitar a pratica de contravenções.

Artigo 3°- As placas de que trata a presente Lei, obedecerão as normas e os padrões estabelecidos pela Prefeitura Municipal, por meio do setor competente.

Artigo 4°- Poderá o Executivo, se entender viável, expedir autorização ás empresas do ramo, sediadas ou não no Município, permitindo que os

mesmos se incumbam dos procedimentos com vistas a aplicar a presente Lei, para que os interessados possam aderir ao referido programa.

Artigo 5°- Considerando o interessado público que se reveste a matéria, o Chefe do Poder Executivo dará ampla divulgação da presente Lei.

Artigo 6°- A presente Lei poderá ser regulamentada mediante a expedição de Decreto do Executivo.

Artigo 7°- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, vinte de dezembro de dois mil e dez.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, vinte de dezembro de dois mil e dez.

MARGARETI ROSE DE OLIVEIRA GROOT
PREFEITA MUNICIPAL

Autor do Projeto de Lei n° 035/2010: Vereadora Andreza Esperança e outros - Vereadora Municipal

Publicado por afixação no quadro próprio de editais na sede da Prefeitura Municipal na data supra.

ROBERTO VICENTE
CHEFE DE GABINETE

LEI Nº 715 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2010.

"DISPÕE SOBRE A PUBLICIDADE OFICIAL DO MUNICÍPIO, DOS PODERES DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA (PREFEITURA E CÂMARA) E DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA (AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A Mesa da Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou e eu, MARGARETI ROSE DE OLIVEIRA GROOT,Prefeita Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1°- A publicidade oficial do Município da Estância Turística de Holambra, dos Poderes da Administração direta (Prefeitura e Câmara) e da Administração Indireta (Autarquias e Fundações), deverão obrigatoriamente conter a seguinte menção:

"ESTA PUBLICAÇÃO CUSTOU R$ (NUMERÁRIO e POR ESCRITO) AOS COFRES PÚBLICOS MUNICIPAIS"

Artigo 2°- A menção a que se refere o Artigo 1°, desta Lei, quando for publicidade veiculada, nos Jornais, Revistas, Tablóides, Panfletos, Rádios, Outdoor e similares, deverão ser escritas com letras pretas do padrão "Arial", conforme catálogo de composição reconhecido pela FENAPRO e ou ABA e ABAP, observadas as seguintes dimensões mínimas para as letras do corpo de texto, que será impresso em 02 (duas) linhas, sobre o retângulo branco, com um filme preto interno, emoldurado a menção, de modo a assegurar a sua visibilidade, nos seguintes padrões e normas abaixo transcritas:

I – Nos jornais tamanho padrão:

1(uma) página - corpo- 24;
½ página - corpo - 8;
½ página- corpo - 6;

II – Nas Revistas tamanho padrão:

a) Páginas simples ou duplas - corpo 12

b) ½ página - corpo - 8;
c) ¼ página - corpo - 6.

III - Nos tablóides tamanho padrão:

1 página - corpo - 16
½ página - corpo -10
¼ página - corpo - 6

IV - Os filmes, vídeos tapes, vídeo- conferências, telões e similares, serão sempre encerrados com reprodução audiovisual da **cartela abaixo** mencionada, na parte central de vídeo, ocupando pelo menos 20% (vinte por cento) do espaço total da imagem, dentro dos padrões, assegurada a sua perfeita legibilidade.

CARTELA A:

a) Anúncios de até 15 segundos: 4 segundos da cartela;
b) Anúncios entre 16 e 60 segundos: 5 segundos de cartela;
c) Anúncios de mais de 60 segundos: 7 segundos de cartela.

V- Nos Panfletos de acordo com a proporcionalidade de seu tamanho, devendo ser **legível e em destaque**.

VI - Nas publicidades das Rádios, estas quando de suas transmissões, deverão, conforme consta do Artigo 1°, serem mencionadas com 4 (quatro) segundos de duração, para cada 15 (quinze) segundos de publicidade:

a) A locução da menção deverá obedecer ao mesmo texto estabelecido no Artigo 1°, observando-se a cadência e o ritmo, que assegurem a sua perfeita compreensão.

Artigo 3°- A não observância e cumprimento do disposto por esta Lei, implicará na não consideração como publicidade oficial e conseqüentemente recairá a responsabilidade a quem autorizou, respondendo por todos os custos, independentes de outras sanções previstas.

Artigo 4°- Considerando o interessado público de que se reveste a presente Lei, o Poder Executivo dará ampla divulgação da presente Lei.

Artigo 5°- A presente Lei poderá ser regulamentada por meio de Decreto do Executivo.

Artigo 6°- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, e seus efeitos a contar de 30 (trinta) dias após a data da publicação.

Artigo 7°- Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, vinte de dezembro de dois mil e dez.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, vinte de dezembro de dois mil e dez.

MARGARETI ROSE DE OLIVEIRA GROOT
PREFEITA MUNICIPAL

Autor do Projeto de Lei nº 034/2010: Vereadora Andreza Esperança e outros - Vereadora Municipal

Publicado por afixação no quadro próprio de editais na sede da Prefeitura Municipal na data supra.

ROBERTO VICENTE
CHEFE DE GABINETE

LEI Nº 714 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2010.

DISPÕE SOBRE O FORNECIMENTO DE CESTA BÁSICA DE ALIMENTOS AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARGARETI ROSE DE OLIVEIRA GROOT, Prefeita Municipal da Estância Turística de Holambra, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou e ela sanciona e promulga a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a fornecer cesta básica de alimentos aos servidores municipais, na forma e condições regidas por esta lei.

Parágrafo único - Para fins do disposto no caput deste artigo, considera-se servidor municipal:

I - o ocupante de todo e qualquer cargo de efetivo;

II – todos os ocupantes de cargo de livre provimento em comissão;

III – empregados públicos municipais;

IV – todos os contratados temporariamente e estagiários.

Artigo 2º - A cesta básica de alimentos será composta com os gêneros alimentícios de primeira necessidade, com igualdade de produtos a todos os servidores.

Parágrafo único – A relação dos gêneros alimentícios de primeira necessidade será elaborada pelo Chefe do Poder Executivo através de Decreto, após a publicação desta Lei.

Artigo 3º - A cesta básica de alimentos somente será concedida ao servidor que tenha ingressado nos quadros da administração no primeiro dia útil do mês de competência da concessão ou em data anterior.

Art. 4º - A cesta básica de alimentos será distribuída pelo Departamento Administrativo da municipalidade.

Art. 5° - O benefício da cesta básica de alimentos não se incorporará à remuneração do funcionário ou servidor e ainda sobre os contratados temporariamente e estagiários e sobre ele não incidirão quaisquer contribuições trabalhistas, previdenciárias ou fiscais, sendo de caráter indenizatório.

Parágrafo único – A cesta básica de alimentos não será configurada como rendimento tributável e nem constitui base de incidência de contribuição previdenciária.

Art. 6° - As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias suplementadas se necessário.

Art. 7° - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8° - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, 10 de dezembro de 2010.

MARGARETI ROSE DE OLIVEIRA GROOT
PREFEITA MUNICIPAL

Publicado por afixação no quadro próprio de editais na sede da Prefeitura Municipal na data supra.

ROBERTO VICENTE
CHEFE DE GABINETE

LEI Nº 713 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2010.

"AUTORIZA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL A ADQUIRIR E CONCEDER CESTAS DE NATAL, A QUEM ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MARGARETI ROSE DE OLIVEIRA GROOT, Prefeita Municipal da Estância Turística de Holambra, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou e ela sanciona e promulga a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a adquirir "Cestas de Natal", para distribuir aos seus servidores no mês de dezembro de cada ano.

Artigo 2º - As "Cestas de Natal" deverão ser compostas de gêneros alimentícios tradicionalmente consumidos no Natal.

Artigo 3º - Cada servidor poderá receber somente uma "Cesta de Natal".

Parágrafo Único - Caberá a cada Diretoria e aos responsáveis pelos órgãos da Administração Indireta, organizar o deslocamento dos servidores para a retirada das "Cestas de Natal", no local que for designado pela Administração, a fim de que não haja prejuízo no serviço.

Artigo 4º - As "Cestas de Natal", deverão ser adquiridas nos termos da legislação vigente que trata das licitações publicas.

Artigo 5º - A aquisição das "Cestas de Natal", reveste-se de caráter facultativo, não se incorporando aos vencimentos do mês de dezembro dos servidores, pelo que, fica condicionada a disponibilidade financeira e orçamentária, devendo ser custeada por conta das verbas próprias do orçamento vigente da Administração Pública Municipal.

Artigo 6º - As despesas necessárias para o desenvolvimento do programa correrão por conta de dotação orçamentária própria, ficando o Poder Executivo autorizado a abrir créditos especiais.

Artigo 7º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, Dez de Dezembro de Dois Mil e Dez.

MARGARETI ROSE DE OLIVEIRA GROOT

PREFEITA MUNICIPAL

Publicado por afixação no quadro próprio de editais na sede da Prefeitura Municipal na data supra.

ROBERTO VICENTE

CHEFE DE GABINETE

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83 – www.holambra.sp.gov.br – e-mail: holambra@holnet.com.br
Cidade das Flores
AL. MAURICIO DE NASSAU, 444 – FONES (019) 3802-8000 - CEP – 13825-000 – HOLAMBRA – SP

LEI Nº 712 DE 02 DE DEZEMBRO DE 2010.

AUTORIZA A PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA A FIRMAR CONVÊNIO COM O DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DE SÃO PAULO – DER/SP.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou, e eu MARGARETI ROSE DE OLIVEIRA GROOT, Prefeita Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo – DER/SP, para a execução das obras e serviços de pavimentação, por Administração Direta, da Estrada Vicinal Holambra em direção a Cosmópolis, com extensão total de 5,20 km.

Artigo 2º - Fica o Poder Executivo Municipal, desde logo, autorizado a realizar as despesas decorrentes de sua participação na avença, relacionadas na CLÁUSULA "Das Obrigações do Município", no instrumento de convênio.

Artigo 3º - As despesas decorrentes do disposto no Artigo 2º desta Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, suplementadas se necessário.

Artigo 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra SP, dois de dezembro de dois mil e dez.

MARGARETI ROSE DE OLIVEIRA GROOT
Prefeita Municipal

Publicado por afixação no quadro próprio de editais na sede da Prefeitura Municipal na data supra.

ROBERTO VICENTE
CHEFE DE GABINETE

LEI Nº 709 DE 20 DE JULHO DE 2010.

AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E FAZ INCLUSÕES NO PPA, LDO E LOA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

A Mesa da Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou e eu, Margareti Rose de Oliveira Groot, Prefeita Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo da Estância Turística de Holambra autorizado a abrir, no Departamento de Finanças/Setor de Contabilidade, um crédito adicional especial, no montante de R$ 2.965.146,94 (Dois milhões novecentos e sessenta e cinco mil cento e quarenta e seis reais e noventa e quatro centavos), nos termos dos artigos 42 e 43 da Lei Federal nº 4.320/64 e do inciso V, artigo 167 da Constituição Federal, obedecendo à seguinte classificação institucional, econômica e funcional-programática:

Órgão	02	Poder Executivo	
Unidade orçamentária	02.06	Departamento Turismo Cultura Esporte	
Unidade executora	02.06.03	Divisão de Esportes	
Proj/ati/ op esp	1014	Construção e Reformas	
Categoria econômica	449051000000	Obras e Instalações	
Funções	27	Desporto e Lazer	
Subfunções	812	Desporto Comunitário	R$285.800,00

Órgão	02	Poder Executivo	
Unidade orçamentária	02.12	Departamento Bem Estar Social	
Unidade executora	02.12.04	Assistência Comunitária	
Proj/ati/ op esp	1026	Construção e Reformas	
Categoria econômica	449051000000	Obras e Instalações	
Funções	08	Assistência Social	
Subfunções	244	Assistência Comunitária	R$154.000,00

Órgão	02	Poder Executivo	
Unidade orçamentária	02.07	Depto Obras Serv.Mun. Planejamento	
Unidade executora	02.07.01	Divisão de Obras Publicas	
Proj/ati/ op esp	1017	Planej Gestão de Infraestrutura Munic	
Categoria econômica	449051000000	Obras e Instalações	
Funções	15	Urbanismo	
Subfunções	451	Infra- Estrutura Urbana	R$2.525.346,94

Artigo 2º - Os recursos destinados ao atendimento do disposto no artigo 1º são os decorrentes de excesso de arrecadação, que ocorrerá por força oriunda de transferências a ser recebida da União;

Artigo 3º - Fica o Executivo autorizado, também, promover as devidas inclusões no PPA, LDO e LOA, dando conspícuo cumprimento aos regramentos legais vigentes.

Artigo 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se todas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, vinte de julho de dois mil e dez.

MARGARETI ROSE DE OLIVEIRA GROOT
Prefeita Municipal

Publicado por afixação no quadro próprio de editais na sede da Prefeitura Municipal na data supra.

ROBERTO VICENTE
CHEFE DE GABINETE

LEI Nº 710 DE 20 DE JULHO DE 2010.

INSTITUI O CALENDÁRIO DE EVENTOS RELIGIOSOS NO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou e eu, MARGARETI ROSE DE OLIVEIRA GROOT, Prefeita Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica instituído o Calendário de Eventos Religiosos no Município da Estância Turística de Holambra, composto dos seguintes eventos:

I – Dia do Livro Espírita, 18/04;

II- Festa em louvor a Santa Cruz, no Bairro Palmeiras, realizada no final da terceira semana do mês de maio;

III- Celebração da Unidade, Conselho de Pastores de Holambra, 30/04;

IV- 50º Dia após a Páscoa: o Pentecostes "Dia do Derramamento do Espírito Santo;

V – Marcha para Jesus, 05/06;

VI – Aniversário da Igreja do Evangelho Quadrangular de Holambra, 03/07;

VII- Festa em louvor a Nossa Senhora da Rosa Mística, realizada no mês de julho;

VIII- Festa em louvor ao Divino Espírito Santo, na Igreja Matriz, realizada no mês de agosto;

IX- Dia do Codificador Allan Kardec, 03/10;

X- Festa em louvor a Nossa Senhora Aparecida, realizada no mês de outubro;

XI - Aniversário da Igreja Pentecostal do Evangelho Pleno, 12/10;

XII- Festa em louvor a Nossa Senhora do Amparo, no Bairro Fundão, realizada no mês de novembro;

XIII - Dia Quadrangular, 15/11.

Art. 2º - As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 3º - O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 90 (noventa) dias.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, vinte de julho de dois mil e dez.

MARGARETI ROSE DE OLIVEIRA GROOT
Prefeita Municipal

Publicado por afixação no quadro próprio de editais na sede da Prefeitura Municipal na data supra.

ROBERTO VICENTE
Chefe de Gabinete

LEI Nº 708 DE 01 DE JULHO DE 2010.

AUTORIZA O EXECUTIVO A LOCAR IMÓVEL PARA SEDIAR O DESTACAMENTO DA POLÍCIA CIVIL NO MUNICÍPIO PARA FINS DE CONVÊNIO COM A SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO.

MARGARETI ROSE DE OLIVEIRA GROOT, Prefeita Municipal da Estância Turística de Holambra, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou e ela sanciona e promulga a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com a Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, afim de formalizar contrato de locação de imóvel na área central deste município com o fim especifico de cessão ao Governo do Estado de São Paulo, para sede do Destacamento da Polícia Civil do Município.

Artigo 2º - A locação terá prazo de até 30 (trinta) meses, a contar da data da efetiva locação, podendo ser prorrogável por igual período, com valor mensal de até R$ 2.000,00 (dois mil reais), perfazendo o valor total anual de até R$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais), corrigidos anualmente pelo IGPM (Índice Geral de Preços do Mercado) ou outro indexador que vier a ser estabelecido pelo Governo Federal.

Artigo 3º - Os encargos com a locação, incidentes sobre o imóvel, será de responsabilidade da Prefeitura Municipal.

Artigo 4º - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria, suplementada se necessário for.

Artigo 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra SP, primeiro de julho de dois mil de dez.

MARGARETI ROSE DE OLIVEIRA GROOT
Prefeita Municipal

Publicado por afixação no quadro próprio de editais na sede da Prefeitura Municipal na data supra.

ROBERTO VICENTE
CHEFE DE GABINETE

LEI Nº 707 DE 01 DE JULHO DE 2010.

AUTORIZA O EXECUTIVO A LOCAR IMÓVEL PARA SEDIAR O DESTACAMENTO DA POLÍCIA MILITAR NO MUNICÍPIO PARA FINS DE CONVÊNIO COM A SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO.

MARGARETI ROSE DE OLIVEIRA GROOT, Prefeita Municipal da Estância Turística de Holambra, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou e ela sanciona e promulga a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com a Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, afim de formalizar contrato de locação de imóvel na área central deste município com o fim especifico de cessão ao Governo do Estado de São Paulo, para sede do Destacamento da Polícia Militar do Município.

Artigo 2º - A locação terá prazo de até 30 (trinta) meses, a contar da data da efetiva locação, podendo ser prorrogável por igual período, com valor mensal de até R$ 2.000,00 (dois mil reais), perfazendo o valor total anual de até R$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais), corrigidos anualmente pelo IGPM (Índice Geral de Preços do Mercado) ou outro indexador que vier a ser estabelecido pelo Governo Federal.

Artigo 3º - Os encargos com a locação, incidentes sobre o imóvel, será de responsabilidade da Prefeitura Municipal.

Artigo 4º - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria, suplementada se necessário for.

Artigo 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra SP, primeiro de julho de dois mil de dez.

MARGARETI ROSE DE OLIVEIRA GROOT
Prefeita Municipal

Publicado por afixação no quadro próprio de editais na sede da Prefeitura Municipal na data supra.

ROBERTO VICENTE
CHEFE DE GABINETE

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83 – www.holambra.sp.gov.br – e-mail: holambra@holnet.com.br
Cidade das Flores
AL. MAURICIO DE NASSAU, 444 – FONES (019) 3802-8000 - CEP – 13825-000 – HOLAMBRA – SP

LEI Nº 706 DE 29 DE JUNHO DE 2010.

PROIBE O USO DE ADEREÇOS COLORIDOS NAS REDES DE ENSINO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou, e eu MARGARETI ROSE DE OLIVEIRA GROOT, Prefeita Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica proibido no Município da Estância Turística de Holambra o uso de adereços coloridos do tipo "pulseiras do sexo", nas dependências das escolas de ensino municipal e particular.

Artigo 2º - Cabe a diretoria de cada unidade escolar juntamente com os professores a realização de reuniões de conscientização com pais e alunos sobre a medida proibitiva do uso dos adereços coloridos utilizados por crianças e adolescentes e que envolvam questões de sexualidade.

Artigo 3º - As despesas decorrentes da presente lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Artigo 4º - O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 90 (noventa) dias.

Artigo 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, vinte e nove de junho de dois mil e dez.

MARGARETI ROSE DE OLIVEIRA GROOT
Prefeita Municipal

Publicado por afixação no quadro próprio de editais na sede da Prefeitura Municipal na data supra.

ROBERTO VICENTE
CHEFE DE GABINETE

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83 – www.holambra.sp.gov.br – e-mail: holambra@holnet.com.br
Cidade das Flores
AL. MAURICIO DE NASSAU, 444 – FONES (019) 3802-8000 - CEP – 13825-000 – HOLAMBRA – SP

LEI Nº 705 DE 29 DE JUNHO DE 2010.

PROIBE SOBRE A COMERCIALIZAÇÃO DE ADEREÇOS COLORIDOS NO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou, e eu **MARGARETI ROSE DE OLIVEIRA GROOT**, Prefeita Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica proibido no Município da Estância Turística de Holambra a comercialização dos adereços coloridos do tipo "pulseiras do sexo".

Artigo 2º - A inobservância no disposto nesta Lei acarretará para o infrator:

I – apreensão dos adereços coloridos;
II – multa no valor correspondente a R$ 3.000,00 (três mil reais);
III – na reincidência o dobro da multa imposta e cassação do alvará de funcionamento.

Artigo 3º - As despesas decorrentes da presente lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Artigo 4º - O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 90 (noventa) dias.

Artigo 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, vinte e nove de junho de dois mil e dez.

MARGARETI ROSE DE OLIVEIRA GROOT
Prefeita Municipal

Publicado por afixação no quadro próprio de editais na sede da Prefeitura Municipal na data supra.

ROBERTO VICENTE
CHEFE DE GABINETE

LEI Nº 704 DE 28 DE JUNHO DE 2010.

AUTORIZA A PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA A FIRMAR CONVÊNIO COM O DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DE SÃO PAULO – DER/SP E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS CORRELATAS.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou, e eu MARGARETI ROSE DE OLIVEIRA GROOT, Prefeita Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo – DER/SP, para a execução das obras e serviços de pavimentação asfáltica de 6,10 Km da estrada municipal que dá acesso aos Bairros do Fundão e Pinhalzinho.

Artigo 2º - Fica o Poder Executivo Municipal, desde logo, autorizado a realizar as despesas decorrentes de sua participação na avença, relacionadas na CLÁUSULA "Das Obrigações do Município, no instrumento de convênio.

Artigo 3º - As despesas decorrentes do disposto no Artigo 2º desta Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, suplementadas se necessário.

Artigo 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra SP, vinte e oito de junho de dois mil e dez.

MARGARETI ROSE DE OLIVEIRA GROOT
Prefeita Municipal

Publicado por afixação no quadro próprio de editais na sede da Prefeitura Municipal na data supra.

ROBERTO VICENTE
CHEFE DE GABINETE

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83 – www.holambra.sp.gov.br – e-mail: holambra@holnet.com.br
Cidade das Flores
AL. MAURICIO DE NASSAU, 444 – FONES (019) 3802-8000 - CEP – 13825-000 – HOLAMBRA – SP

LEI Nº 703 DE 28 de Junho de 2010.

"AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR CONVÊNIO COM O DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DE SÃO PAULO – DER/SP".

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou e eu, MARGARETI ROSE DE OLIVEIRA GROOT, Prefeita Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênio com o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo – DER/SP, para a execução das obras e serviços de recuperação, por administração direta, da Estrada Vicinal do Bairro Fundão / bairro Pinhalzinho, com uma extensão de 2,80 Km;

Artigo 2º - Fica o Poder Executivo, desde logo, autorizado a realizar as despesas decorrentes de sua participação na avença, relacionadas na Clausula "Das obrigações do município", no instrumento de convênio;

Artigo 3º – As despesas decorrentes do disposto no Artigo 2º desta Lei, correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, suplementadas se necessário;

Artigo 4º – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, vinte e oito de junho de 2010.

MARGARETI ROSE DE OLIVEIRA GROOT
PREFEITA MUNICIPAL

Publicado por afixação no quadro próprio de editais na sede da Prefeitura Municipal na data supra.

ROBERTO VICENTE
CHEFE DE GABINETE

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83 – www.holambra.sp.gov.br – e-mail: holambra@holnet.com.br
Cidade das Flores
AL. MAURICIO DE NASSAU, 444 – FONES (019) 3802-8000 - CEP – 13825-000 – HOLAMBRA – SP

LEI Nº 702 DE 28 DE MAIO DE 2010.

INSTITUI A CAMPANHA PERMANENTE DE CONSCIENTIZAÇÃO DA RECICLAGEM DO ÓLEO VEGETAL COMESTÍVEL NO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA.

A Câmara Municipal da Estância Turistica de Holambra aprovou, e eu MARGARETI ROSE DE OLIVEIRA GROOT, Prefeita Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica instituida a Campanha Permanente de Conscientização da Reciclagem do Óleo Vegetal Comestivel no Municipio da Estância Turistica de Holambra, com a distribuição de material e palestras informativas.

Art. 2º - O objetivo da presente Lei é de conscientizar e estimular os munícipes da importância da reciclagem do óleo vegetal comestível, evitando o seu despejo diretamente nas redes de esgoto.

Art. 3º - As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 4º - O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 90 (noventa) dias.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turistica de Holambra SP, vinte e oito de maio de dois mil e dez.

MARGARETI ROSE DE OLIVEIRA GROOT
Prefeita Municipal

Publicado por afixação no quadro próprio de editais na sede da Prefeitura Municipal na data supra.

ROBERTO VICENTE
CHEFE DE GABINETE

LEI Nº 701 DE 28 DE MAIO DE 2010.

AUTORIZA A PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA A CONTRATAR FINANCIAMENTO JUNTO AO BANCO DO BRASIL S.A. E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS CORRELATAS.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou, e eu MARGARETI ROSE DE OLIVEIRA GROOT, Prefeita Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a contratar financiamento junto ao Banco do Brasil S.A., até o valor de R$ 850.000,00 (oitocentos e cinqüenta mil reais), observadas as disposições legais e contratuais em vigor para as operações de crédito do Programa de Intervenções Viárias – Provias.

Parágrafo Primeiro - Os recursos do financiamento autorizado neste artigo serão obrigatoriamente aplicados na aquisição de máquinas e equipamentos, no âmbito do Programa de Intervenções Viárias - Provias, no termo da Resolução nº. 3.688, de 19.02.2009, do Conselho Monetário Nacional.

Parágrafo Segundo – Para os efeitos de que trata este artigo, deverão ser adquiridas as máquinas novas, sendo preferencialmente, uma moto niveladora (patrol), um rolo compactador de solo.

Artigo 2º - Para pagamento do principal, juros e outros encargos da operação de crédito, fica o Banco do Brasil autorizado a debitar na conta-corrente mantida em sua agência, a ser indicada no contrato, onde são efetuados os créditos dos recursos do Município, ou na falta de recursos suficientes nessa conta, em quaisquer outras contas de depósitos, os montantes necessários a amortização e pagamento final da dívida, nos prazos contratualmente estipulados, devendo o valor a ser financiado ter sua liquidação até o mês de novembro de 2012.

Parágrafo Primeiro - No caso de os recursos do Município não serem depositados no Banco do Brasil, fica a instituição financeira depositaria autorizada a debitar, e posteriormente transferir os recursos a créditos do Banco do Brasil, nos montantes necessários à amortização e pagamento final da dívida, nos prazos contratualmente estipulados, na forma estabelecida no caput.

Parágrafo Segundo - Fica dispensada a emissão da nota de empenho para realização da despesa a que se refere este artigo, os termos do parágrafo primeiro, do artigo 60 da Lei nº. 4.320 de 17 de março de 1964.

Artigo 3º - Os recursos provenientes da operação de crédito objeto do financiamento serão consignados como receita no orçamento ou em créditos adicionais.

Artigo 4º - O orçamento do Município consignará, anualmente, os recursos necessários ao atendimento da parte não financiada do Programa e das despesas relativas à amortização de principal, juros e demais encargos decorrentes da operação de crédito autorizada por esta Lei.

Artigo 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra SP, vinte e oito de maio de dois mil e dez.

MARGARETI ROSE DE OLIVEIRA GROOT
Prefeita Municipal

Publicado por afixação no quadro próprio de editais na sede da Prefeitura Municipal na data supra.

ROBERTO VICENTE
CHEFE DE GABINETE

LEI Nº 695 DE 04 DE FEVEREIRO DE 2010.

AUTORIZA O MUNICÍPIO A RECEBER, POR DOAÇÃO, IMÓVEL QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprova e eu MARGARETI ROSE DE OLIVEIRA GROOT, Prefeita Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Município da Estância Turística de Holambra autorizado a receber, POR DOAÇÃO, sem encargos, uma Gleba de Terras situada no Município de Holambra com área de 337,77 m2, sem matrícula aberta, desmembrada do bem imóvel designado Gleba "D" da Chácara Triângulo, nos termos do projeto aprovado pela Prefeitura Municipal de Holambra (doc. incluso), registrado sob a matrícula nº 76.228, junto ao Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Mogi Mirim – SP, assim descrito e caracterizado: inicia-se no ponto 6A, cravado na margem da Av. Rota dos Imigrantes, distante 15,00 metros do eixo da faixa de rolamento desta avenida; daí segue confrontando com esta avenida, com rumo de 76º 01' 17" NE e distância de 10,00 metros até o ponto 7A, distante 15,00 metros do eixo da faixa de rolamento desta avenida; daí deflete a esquerda e segue confrontando com o remanescente desta gleba uma distância de 33,93 metros até o ponto 6C; daí deflete a esquerda e segue em reta, confrontando com o remanescente, uma distância de 10,00 metros até o ponto 6B; daí deflete a esquerda e segue em reta, uma distância de 33,62 metros até o ponto 6A, que serviu de partida e finda o presente memorial, pertencente a Moinho Incorporadora e Construtora Ltda., inscrita no CNPJ sob nº 73.196.180/0001-00, com sede na Rua Rota dos Imigrantes, nº 425, sala 08, no Município de Holambra, neste ato representada por seu sócio proprietário WALTER FRANCISO HULSHOF, portador da cédula de identidade RG nº 8.173.377 e inscrito no CPF/MF sob nº 024.586.968-99, residente e domiciliado à Rua das Angélicas, nº 51, Jardim Holanda, no Município de Holambra – SP, e com anuência da credora hipotecária Cooperativa Agropecuária Holambra, sociedade cooperativa inscrita no CNPJ sob nº 52.770.542/0001-47, com sede à Rua das Camélias, nº 237, Centro, Município de Holambra, neste ato representada por seu Presidente, CORNELIS PETRUS THEODORUS SCHOENMAKER, brasileiro, casado, produtor rural, portador do RG nº 12.435.266 SSP/SP e do CPF nº 187.502.908-78, residente e domiciliado à Estrada Municipal HBR 165 e 167, Bairro Alegre, Município de Holambra e por seu Vice Presidente, MAURÍCIO FRANCISCO MARIA KIEVITSBOSCH, brasileiro, solteiro, maior, agricultor, portador do RG nº 10.868.652 e do CPF nº 119.220.658-46, com endereço à Fazenda Ribeirão, Município de Holambra/SP.

Artigo 2º - A área objeto da doação é destinada à implantação de via pública.

Artigo 3º - A doadora procederá a todos os atos inerentes à presente doação e providenciará a escritura no prazo de 60 (sessenta) dias contados da publicação da presente lei, sem quaisquer ônus para a Municipalidade.

Artigo 4º - A presente doação é feita sem encargos para a Municipalidade e é irrevogável e irretratável.

Artigo 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, dezessete de dezembro de dois mil e nove.

MARGARETH ROSE DE OLIVEIRA GROOT
Prefeita Municipal

Publicado por afixação no quadro próprio de editais na sede da Prefeitura Municipal na data supra.

ROBERTO VICENTE
Chefe de Gabinete

LEI Nº 700 DE 22 DE ABRIL DE 2010

AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A CONCEDER AJUDA FINANCEIRA À ASSOCIAÇÃO CIVIL DE UTILIDADE PÚBLICA "DESAFIO JOVEM EBENEZER".

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou e eu, MARGARETI ROSE DE OLIVEIRA GROOT, Prefeita Municipal da Estância Turística de Holambra, Estado de São Paulo, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder subvenção à Associação Civil de Utilidade Pública "DESAFIO JOVEM EBENEZER", legalmente constituída em 25 de junho de 1986, inscrita junto ao Cartório do Registro Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca de Jacareí, sob o nº 479, do Livro A-1, com sede no Município de Jacareí, Estado de São Paulo, com objetivo de cooperação técnica ao Município para prestação de assistência social aos indivíduos e segmentos populacionais urbanos e rurais vulnerabilizados por situações circunstanciais e conjuntivas de risco social, em especial, às pessoas dependentes do uso e vítimas da exploração do comércio de drogas, álcool e tabagistas bem como de suas famílias.

Artigo 2º - O valor da subvenção será de R$ 400,00 (quatrocentos reais) mensais, os quais serão acrescidos de mais R$ 200,00 (duzentos reais) por pessoa do Município de Holambra atendida mediante internação na instituição, valores estes repassados diretamente para a Entidade.

Parágrafo Único – A Associação deverá prestar contas trimestralmente ao Município, nos termos do que dispõe a Resolução nº 09/2005 do E. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

Artigo 3º - Os recursos para cobertura do crédito de que trata a presente Lei são os provenientes das seguintes dotações orçamentárias, suplementadas se necessário:

02 – Prefeitura Municipal
02.12 – Departamento de Bem Estar Social
08.244.00112.026 – Manutenção das Atividades do Departamento de Bem Estar Social
3.3.50.43.00.00.00 – Subvenções Sociais

Artigo 4º - Fica convalidado na Lei nº 692/2009 - PPA e na Lei nº 693/2009 - LDO, o valor do programa ora contemplado na presente lei bem como passam a integrar as planilhas que fazem parte das leis retro citadas, os anexos constantes desta.

Artigo 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, vinte e dois de abril de dois mil e dez.

MARGARETI ROSE DE OLIVEIRA GROOT
Prefeita Municipal

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais, na sede da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, na data supra.

ROBERTO VICENTE
Chefe de Gabinete

LEI Nº 700 DE 22 DE ABRIL DE 2010

AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A CONCEDER AJUDA FINANCEIRA À ASSOCIAÇÃO CIVIL DE UTILIDADE PÚBLICA "DESAFIO JOVEM EBENEZER".

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou e eu, MARGARETI ROSE DE OLIVEIRA GROOT, Prefeita Municipal da Estância Turística de Holambra, Estado de São Paulo, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder subvenção à Associação Civil de Utilidade Pública "DESAFIO JOVEM EBENEZER", legalmente constituída em 25 de junho de 1986, inscrita junto ao Cartório do Registro Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca de Jacareí, sob o nº 479, do Livro A-1, com sede no Município de Jacareí, Estado de São Paulo, com objetivo de cooperação técnica ao Município para prestação de assistência social aos indivíduos e segmentos populacionais urbanos e rurais vulnerabilizados por situações circunstanciais e conjuntivas de risco social, em especial, às pessoas dependentes do uso e vítimas da exploração do comércio de drogas, álcool e tabagistas bem como de suas famílias.

Artigo 2º - O valor da subvenção será de R$ 400,00 (quatrocentos reais) mensais, os quais serão acrescidos de mais R$ 200,00 (duzentos reais) por pessoa do Município de Holambra atendida mediante internação na instituição, valores estes repassados diretamente para a Entidade.

Parágrafo Único – A Associação deverá prestar contas trimestralmente ao Município, nos termos do que dispõe a Resolução nº 09/2005 do E. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

Artigo 3º - Os recursos para cobertura do crédito de que trata a presente Lei são os provenientes das seguintes dotações orçamentárias, suplementadas se necessário:

02 – Prefeitura Municipal
02.12 – Departamento de Bem Estar Social
08.244.00112.026 – Manutenção das Atividades do Departamento de Bem Estar Social
3.3.50.43.00.00.00 – Subvenções Sociais

Artigo 4º - Fica convalidado na Lei nº 692/2009 - PPA e na Lei nº 693/2009 - LDO, o valor do programa ora contemplado na presente lei bem como passam a integrar as planilhas que fazem parte das leis retro citadas, os anexos constantes desta.

Artigo 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, vinte e dois de abril de dois mil e dez.

MARGARETI ROSE DE OLIVEIRA GROOT
Prefeita Municipal

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais, na sede da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, na data supra.

ROBERTO VICENTE
Chefe de Gabinete

LEI Nº 700 DE 22 DE ABRIL DE 2010

AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A CONCEDER AJUDA FINANCEIRA À ASSOCIAÇÃO CIVIL DE UTILIDADE PÚBLICA "DESAFIO JOVEM EBENEZER".

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou e eu, MARGARETI ROSE DE OLIVEIRA GROOT, Prefeita Municipal da Estância Turística de Holambra, Estado de São Paulo, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder subvenção à Associação Civil de Utilidade Pública "DESAFIO JOVEM EBENEZER", legalmente constituída em 25 de junho de 1986, inscrita junto ao Cartório do Registro Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca de Jacareí, sob o nº 479, do Livro A-1, com sede no Município de Jacareí, Estado de São Paulo, com objetivo de cooperação técnica ao Município para prestação de assistência social aos indivíduos e segmentos populacionais urbanos e rurais vulnerabilizados por situações circunstanciais e conjuntivas de risco social, em especial, às pessoas dependentes do uso e vítimas da exploração do comércio de drogas, álcool e tabagistas bem como de suas famílias.

Artigo 2º - O valor da subvenção será de R$ 400,00 (quatrocentos reais) mensais, os quais serão acrescidos de mais R$ 200,00 (duzentos reais) por pessoa do Município de Holambra atendida mediante internação na instituição, valores estes repassados diretamente para a Entidade.

Parágrafo Único – A Associação deverá prestar contas trimestralmente ao Município, nos termos do que dispõe a Resolução nº 09/2005 do E. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

Artigo 3º - Os recursos para cobertura do crédito de que trata a presente Lei são os provenientes das seguintes dotações orçamentárias, suplementadas se necessário:

02 – Prefeitura Municipal
02.12 – Departamento de Bem Estar Social
08.244.00112.026 – Manutenção das Atividades do Departamento de Bem Estar Social
3.3.50.43.00.00.00 – Subvenções Sociais

Artigo 4º - Fica convalidado na Lei nº 692/2009 - PPA e na Lei nº 693/2009 - LDO, o valor do programa ora contemplado na presente lei bem como passam a integrar as planilhas que fazem parte das leis retro citadas, os anexos constantes desta.

Artigo 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, vinte e dois de abril de dois mil e dez.

MARGARETI ROSE DE OLIVEIRA GROOT
Prefeita Municipal

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais, na sede da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, na data supra.

ROBERTO VICENTE
Chefe de Gabinete

LEI Nº 699 DE 03 DE ABRIL DE 2010.

AUTORIZA A PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA A RECEBER, MEDIANTE CONTRATO ESPECÍFICO, RECURSOS FINANCEIROS DO FUNDO ESTADUAL DE PREVENÇÃO E CONTROLE DA POLUIÇÃO – FECOP.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou, e eu MARGARETI ROSE DE OLIVEIRA GROOT, Prefeita Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a:

I - Receber, através de repasse efetuado pelo Governo do Estado de São Paulo, recursos financeiros não reembolsáveis, oriundos do Fundo Estadual de Prevenção e Controle da Poluição – FECOP, observadas as disposições contidas na Lei Estadual nº 11.160, de 18 de junho de 2002, regulamentada pelo Decreto nº 46.842, de 19 de junho de 2002;

II – Assinar com o Banco do Brasil S/A., com interveniência do Estado de São Paulo, por meio da CETESB – Companhia Ambiental do Estado de São Paulo, na qualidade de Agente Técnico, o Instrumento de Liberação de Crédito Não Reembolsável ao Amparo de Recursos do FECOP – Fundo Estadual de Prevenção e Controle da Poluição, previstos no Inciso I deste artigo, cumprindo as cláusulas e condições nele previstos;

III – Abrir crédito adicional especial para fazer face às despesas destinadas à aquisição de veículos, equipamentos e execução de obras de infra-estrutura, em observância ao artigo 10 do Decreto Estadual nº 46.842, de 19 de junho de 2002.

Parágrafo Único – A cobertura do crédito autorizado no Inciso III será efetuada mediante a utilização dos recursos a serem repassados.

Artigo 2º - A transferência, objeto da cláusula primeira, destina-se à aquisição de veículos, máquinas, equipamentos e execução de obras, em observância ao artigo 10 do Decreto Estadual nº 46.842, de 19 de junho de 2002.

Artigo 3º - Os encargos que a Prefeitura vier a assumir no referido Instrumento correrão por conta de verbas próprias constantes no orçamento vigente, suplementadas se necessário.

Artigo 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra SP, três de abril de dois mil e dez.

MARGARETI ROSE DE OLIVEIRA GROOT
Prefeita Municipal

Publicado por afixação no quadro próprio de editais na sede da Prefeitura Municipal na data supra.

ROBERTO VICENTE
CHEFE DE GABINETE

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83 – www.holambra.sp.gov.br – e-mail: holambra@holnet.com.br
Cidade das Flores
AL. MAURICIO DE NASSAU, 444 – FONES (019) 3802-8000 - CEP – 13825-000 – HOLAMBRA – SP

LEI Nº 698 DE 03 DE ABRIL DE 2010.

DÁ DENOMINAÇÃO OFICIAL À VIA PÚBLICA OBJETO DA DOAÇÃO DE PARTE DE IMÓVEL DE PROPRIEDADE DA EMPRESA MOINHO INCORPORADORA E CONSTRUTORA LTDA..

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou, e eu MARGARETI ROSE DE OLIVEIRA GROOT, Prefeita Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - A via pública objeto de doação de parte do imóvel de propriedade da empresa Moinho Incorporadora e Construtora Ltda., a seguir designada, passa a ter a denominação oficial que segue, a saber:

Origem	Bairro	Denominação Oficial
Lei nº 695 de 04 de fevereiro de 2010	*Centro*	*Alameda Portal*

Artigo 2º - As despesas com a exceção desta Lei correrão pelas dotações próprias do orçamento vigente.

Artigo 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, três de abril de dois mil e dez.

MARGARETI ROSE DE OLIVEIRA GROOT
Prefeita Municipal

Publicado por afixação no quadro próprio de editais na sede da Prefeitura Municipal na data supra.

ROBERTO VICENTE
CHEFE DE GABINETE

LEI Nº 696 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2010.

INSTITUI O CALENDÁRIO DE EVENTOS DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, aprovou, e eu MARGARETI ROSE DE OLIVEIRA GROOT, Prefeita Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica instituído o calendário de eventos do Município da Estância Turística de Holambra.

Artigo 2º - Fazem parte do calendário os seguintes eventos:

1- Tradicional desfile de rua – Carnaval, realizado anualmente no mês de Fevereiro;

2- Corrida na Lama, realizada anualmente no mês de Fevereiro;

3- Festival Sertanejo "Geraldo Pires", realizado anualmente no mês de abril, no Bairro Palmeiras;

4- Dia da Rainha, realizado anualmente no mês de abril;

5- Gincana de charretes, realizada anualmente no mês de maio;

6- Hortitec, realizada anualmente no mês de junho;

7- Enflor e Garden Fair, realizados anualmente no mês de julho;

8- Trekker Trek, realizado anualmente no mês de julho;

9- Zeskamp, realizado a cada seis anos, no mês de julho no Clube Fazenda Ribeirão;

10- Mercado das Pulgas, realizado anualmente no mês de Agosto;

11- Expoflora, realizada anualmente no mês de setembro;

12- Encontro de carros antigos, realizado no mês de novembro;

13- Festa de São Nicolau, realizado anualmente no mês de dezembro;

14- Apresentação de Presépio Vivo, realizado no mês de dezembro;

15- Natal de Luzes, realizado anualmente no mês de dezembro.

Artigo 3º - Ficará a cargo do Executivo a regulamentação da presente Lei.

Artigo 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra , aos dezoito de fevereiro de dois mil e dez.

MARGARETI ROSE DE OLIVEIRA GROOT
Prefeita Municipal

Publicado por afixação no quadro próprio de editais na sede da Prefeitura Municipal na data supra.

ROBERTO VICENTE
CHEFE DE GABINETE

Autor do Projeto de Lei: VEREADORA ANDREZA ESPERANÇA

LEI Nº 694 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2009.

"ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2010".

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, Estado de São Paulo aprovou e eu, **MARGARETI ROSE DE OLIVEIRA GROOT**, Prefeita Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei,

Artigo 1º - O Orçamento Geral do Município da Estância Turística de Holambra para o exercício financeiro de 2010 estima a receita e fixa a despesa em **R$ 40.278.250,00** (quarenta milhões, duzentos e setenta e oito mil, duzentos e cinqüenta reais).

Parágrafo 1º - O Orçamento Fiscal no montante de **R$ 29.201.150,00** (vinte e nove milhões duzentos e um mil e cento e cinqüenta reais) compreende os Poderes do Município, seus fundos, órgãos e entidades da administração municipal direta e indireta.

Parágrafo 2º - O Orçamento da Seguridade Social no valor de **R$ 11.077.100,00** (onze milhões setenta e sete mil e cem reais) compreende os Poderes do Município, seus fundos, órgãos e entidades da administração municipal direta e indireta.

Artigo 2º - A receita estimada que compõe o orçamento fiscal será realizada mediante a arrecadação das receitas tributárias e não tributárias, na forma da Legislação vigente e segundo desdobramento:

1 – ADMINISTRAÇÃO DIRETA:

Receita Orçamentária	Fiscal	Seguridade Social	Total
Receitas Correntes	**30.780.000,00**	**1.370.000,00**	**32.150.000,00**
Receita Tributária	4.854.000,00	-	4.854.000,00
Receita de Contribuições	-	-	-
Receita Patrimonial	156.000,00	25.500,00	181.500,00
Receita de Serviços	1.326.000,00	-	1.326.000,00
Transferências Correntes	22.879.000,00	1.344.500,00	24.223.500,00
Outras Receitas Correntes	1.565.000,00	-	1.565.000,00
Receitas de Capital	**7.849.950,00**	-	**7.849.950,00**

Alienação de Bens	960.000,00	-	960.000,00
Transferências de Capital	6.889.950,00	-	6.889.950,00
Total Geral	**38.629.950,00**	**1.370.000,00**	**39.999.950,00**
Deduções do FUNDEB (-)	3.110.400,00	-	3.110.400,00
Total Geral	**35.519.550,00**	**1.370.000,00**	**36.889.550,00**

2 – ADMINISTRAÇÃO INDIRETA:

Receita Orçamentária	Fiscal	Seguridade Social	Total
Receitas Correntes	-	**2.110.900,00**	**2.110.900,00**
Receita de Contribuições	-	880.500,00	880.500,00
Receita Patrimonial	-	1.200.200,00	1.200.200,00
Transferências Correntes	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	30.200,00	30.200,00
Receitas Correntes Intra-Orçamentárias	-	**1.130.200,00**	**1.130.200,00**
Receitas de Contribuições	-	1.130.200,00	1.130.200,00
Receitas de Capital Intra-Orçamentárias	-	**147.600,00**	**147.600,00**
Outras Receitas de Capital	-	147.600,00	147.600,00
Total Geral	-	**3.388.700,00**	**3.388.700,00**

3 – ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA:

Receita Orçamentária	Fiscal	Seguridade Social	Total
Receitas Correntes	**30.780.000,00**	**3.480.900,00**	**34.260.900,00**
Receita Tributária	4.854.000,00	-	4.854.000,00
Receita de Contribuições	-	880.500,00	880.500,00
Receita Patrimonial	156.000,00	1.225.700,00	1.381.700,00
Receita de Serviços	1.326.000,00	-	1.326.000,00
Transferências Correntes	22.879.000,00	1.344.500,00	24.223.500,00
Outras Receitas Correntes	1.565.000,00	30.200,00	1.595.200,00
Receitas Correntes Intra-Orçamentárias	-	**1.130.200,00**	**1.130.200,00**
Receitas de Contribuições	-	1.130.200,00	1.130.200,00
Receitas de Capital	**7.849.950,00**	-	**7.849.950,00**
Alienação de Bens	960.000,00	-	960.000,00
Transferências de Capital	6.889.950,00	-	6.889.950,00
Receitas de Capital Intra-	-	**147.600,00**	**147.600,00**

Orçamentárias			
Outras Receitas de Capital	-	147.600,00	147.600,00
Total Geral	**38.629.950,00**	**4.758.700,00**	**43.388.650,00**
Deduções de Receitas Correntes	3.110.400,00	-	3.110.400,00
Total Geral	**35.519.550,00**	**4.758.700,00**	**40.278.250,00**

Artigo 3º - A Receita estimada que compõe o orçamento de seguridade social será realizada na forma da legislação vigente e perfaz a importância de R$ 4.758.700,00 (Quatro milhões, setecentos e cinquenta e oito mil e setecentos reais).

Artigo 4º - A Despesa fixada será realizada nos termos desta Lei, observando-se o seguinte desdobramento:

DESCRIMINAÇÃO	FISCAL	SEGURIDADE SOCIAL	TOTAL
Legislativo	1.200.000,00	-	1.200.000,00
Gabinete do Prefeito e Dependências	1.235.500,00	-	1.235.500,00
Departamento Jurídico	297.900,00	-	297.900,00
Departamento de Administração	857.100,00	-	857.100,00
Departamento de Finanças	1.214.200,00	-	1.214.200,00
Departamento de Educação	10.564.650,00	-	10.564.650,00
Departamento de Turismo Cultura e Esporte	1.770.400,00	-	1.770.400,00
Depto. Obras e Serviços Municipais e Planejamento	9.802.150,00	265.600,00	10.067.750,00
Departamento de Transporte	299.150,00	0,00	299.150,00
Departamento de Saúde	0,00	6.457.500,00	6.457.500,00
Departamento de Segurança e Trânsito	1.130.100,00	0,00	1.130.100,00
Departamento do Bem Estar Social	0,00	965.300,00	965.300,00
Departamento de Patrimônio	696.100,00	0,00	696.100,00
Instituto de Previdência do Município de Holambra	0,00	1.084.400,00	1.084.400,00
Reserva de Contingência	133.900,00	2.304.300,00	2.438.200,00
Total Geral	**29.201.150,00**	**11.077.100,00**	**40.278.250,00**

DESCRIMINAÇÃO	FISCAL	SEGURIDADE SOCIAL	TOTAL
Despesas Correntes	20.531.900,00	8.303.000,00	28.834.900,00
Despesas de Capital	8.535.350,00	469.800,00	9.005.150,00
Reserva de Contingência	133.900,00	2.304.300,00	2.438.200,00
Total Geral	**29.201.150,00**	**11.077.100,00**	**40.278.250,00**

DESCRIMINAÇÃO	FISCAL	SEGURIDADE SOCIAL	TOTAL
Legislativo	1.200.000,00	-	1.200.000,00
Judiciário	297.900,00	-	297.900,00
Administração	2.954.400,00	-	2.954.400,00
Segurança Pública	1.130.100,00	-	1.130.100,00
Assistência Social	-	1.230.900,00	1.230.900,00
Previdência Social	-	1.084.400,00	1.084.400,00
Saúde	-	6.457.500,00	6.457.500,00
Educação	11.230.150,00	-	11.230.150,00
Cultura	2.179.900,00	-	2.179.900,00
Urbanismo	4.186.900,00	-	4.186.900,00
Habitação	400.000,00	-	400.000,00
Saneamento	2.305.000,00	-	2.305.000,00
Agricultura	228.900,00	-	228.900,00
Comércio e Serviços	1.025.550,00	-	1.025.550,00
Transporte	810.650,00	-	810.650,00
Desporto e Lazer	734.800,00	-	734.800,00
Encargos Especiais	383.000,00	-	383.000,00
Reserva de Contingência	133.900,00	2.304.300,00	2.438.200,00
Total Geral	**29.201.150,00**	**11.077.100,00**	**40.278.250,00**

Artigo 5º - A parcela da despesa do orçamento de seguridade social que venha exceder a receita correspondente será custeada pela receita do orçamento fiscal.

Artigo 6º – Ficam os Poderes, Executivo e Legislativo autorizados nos termos da Constituição Federal e da Lei de Diretrizes Orçamentárias a:

I – Realizar operações de crédito por antecipação da receita orçamentária, nos termos da Legislação em vigor;

II – Realizar operações de crédito até o limite estabelecido pela legislação em vigor;

III – Abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 5% (cinco por cento) do orçamento das despesas, nos termos da legislação vigente;

IV – Transpor, remanejar ou transferir recursos, dentro de uma mesma categoria de programação, nos termos do inciso VI, do artigo 167, da Constituição Federal;

V – Contingenciar parte das dotações, quando a evolução da receita comprometer os resultados previstos.

VI – As suplementações do Poder Legislativo ocorrerão nos moldes do inciso III, com recursos provenientes da anulação de suas próprias dotações.

Artigo 7º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2010, revogando as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra SP, aos trinta dias do mês de dezembro de dois mil e nove.

MARGARETI ROSE DE OLIVEIRA GROOT
Prefeita Municipal

Publicado por afixação no quadro próprio de editais na sede da Prefeitura Municipal na data supra.

ROBERTO VICENTE
CHEFE DE GABINETE